

GRUPO ESCOLAS RIO

Sobre os “rankings” de escolas

O **Grupo Escolas Rio** é uma associação de educadores e de estabelecimentos de ensino de nível Médio e Fundamental. Esse grupo se constituiu em junho de 1998, com o objetivo de partilhar experiências e aprofundar reflexões acerca dos desafios que os novos tempos vêm trazendo para escolas e educadores. O grupo não é ligado a nenhum sindicato nem é um grupo confessional: participam das reuniões escolas leigas e religiosas. Atualmente conta com a participação de cerca de setenta associados entre profissionais e escolas, representadas por membros de suas equipes pedagógicas. Tem sido prática do grupo aprofundar reflexões acerca de diferentes aspectos e do sentido maior de nossa atuação profissional. O grupo considera necessário que as instâncias formadoras de opinião amadureçam seu discurso acerca dos ideais de qualidade educacional que costumam encaminhar para a imprensa e para a sociedade em geral. O **Grupo Escolas Rio** acredita que um dos principais valores e garantias de uma sociedade democrática é a liberdade de pensamento e de expressão. Em boa parte isso é assegurado pela liberdade de ensino. Portanto, a maior riqueza de um sistema educacional está na sua diversidade.

Sistemas educacionais se desenvolvem a partir da articulação de duas lógicas diferentes: uma é a da universalização das oportunidades, de democratização e inclusão social. Outra é a de formação de hierarquias de excelência, seleção e exclusão social. Essa questão permeia, de forma geralmente implícita, todas as dimensões de um sistema educacional, do macro-sistema até a atuação de cada professor em sala de aula. Dependendo de como cada instituição ou sistema educacional articule essas duas tendências, da resposta que se proponha para essas questões, pode-se delinear o que seja talvez o ponto nevrálgico de qualquer proposta ou projeto pedagógico. O sistema educacional de cada país pode ser visto como um sistema de filtragem social, ao longo do qual vão se formando pontos de retenção que redirecionam e selecionam fluxos e contra-fluxos de jovens que assim vão sendo credenciados para ir adiante na hierarquia de excelências ou condenados a formas mais ou menos dramáticas de exclusão. O agravamento e mesmo a exacerbação de alguns dos aspectos mais perversos parece ser uma forte tendência atual. Verifica-se a predominância de uma lógica homogeneizadora, que impõe valores universais e hegemônicos. Sua tendência é a de eliminar toda singularidade e pluralidade de expressões culturais, com graves consequências para os sistemas educacionais e sobre o desenvolvimento das subjetividades das novas gerações.

O fato de isso ser decorrência do neo-liberalismo, da globalização e do acirramento da competição em todos os níveis talvez ajude a explicar, mas não justifica que nada se faça para suavizar alguns de seus efeitos. Se é uma tendência universal, cabe ponderar o que pode ser tentado em cada país para amenizar os efeitos perversos dessa lógica sobre o sistema educacional, sobre os discursos e objetivos da educação. Definições e respostas acerca dessas questões vêm se impondo aos educadores com insistência e urgência cada vez maior.

A rede escolar de uma sociedade deve ser concebida de forma plural. É importante dar condições para que floresça e prospere toda diversidade pedagógica. Nela convivem diferentes representações do que seja educação de qualidade, viabilizadas através de diferentes propostas educacionais, que apontam para diversas formações possíveis. A complexidade de um universo como esse poderia ser bem representada sob a forma de uma constelação ou em um esquema de rede. Estrelas de várias grandezas e matizes se articulariam em equilíbrio dinâmico, assegurando uma riqueza de possibilidades. Nesse contexto, favorece-se o empenho das escolas em criar espaços de reconhecimento do estudante e que a educação se pautar por uma ética da diferença e da não uniformidade. Nessa ótica os critérios de excelência e de qualidade em educação são decorrência da capacidade da escola de singularizar o aluno e não de homogeneizá-lo. O **Grupo Escolas Rio** considera que esse é um ideal educacional a ser construído e defendido por todos os setores da sociedade. E que é sob essa ótica que escolas, educadores e demais formadores de opinião deveriam procurar rever seus critérios e encaminhar representações do que seja qualidade em educação.

No entanto, constatamos que esse cenário é atravessado por uma tendência preponderante. Como uma correnteza, ela imprime um fluxo predominante no cenário. Ela concebe a função social do ensino como sendo eminentemente propedêutica e seletiva. Ao apontar para a formação de hierarquias de excelência, promove a padronização, a seleção e exclusão. Sua filiação ideológica é a “ética do sucesso”. Afina-se com os aspectos mais perversos e autoritários da globalização, gera exclusão. Prometendo garantias de sucesso no mundo do trabalho competitivo, ela antecipa a lógica do mercado e do mundo dos negócios para o ambiente escolar. Assim dissemina-se o discurso de que “o segundo lugar é perdedor”. Os alunos são desde cedo socializados num ambiente em que o sucesso de um implica o fracasso do outro. Essa lógica costuma propor uma representação equivocada do universo educacional. Em vez da rede ou da constelação de possibilidades, com todos os seus matizes, ela valoriza um único aspecto e propõe uma representação linear. Alinha uma única gradação hierárquica - o “ranking” – que classifica alunos e escolas. Ao pretender organizar racionalmente uma realidade complexa despreza muitas das nuances existentes e distorce o cenário. Reduz tudo a uma única escala, que supostamente iria da escola mais “fraca” e permissiva até a mais “forte” e excludente.

A lógica do “ranking” é cartesiana, pretensamente neutra e isenta. Tem forte apelo e forma opinião. É hegemônica no imaginário social, afina-se com o discurso e as estratégias de marketing. Mas é ingênuo supor que não traga consequências nefastas quando o que está em questão são escolas: ela não classifica apenas estabelecimentos e suas metodologias. Colégios não se restringem a métodos pedagógicos e suas aplicações práticas. Não há como dissociar aspectos operacionais ou metodológicos dos ideais e da cultura que os sustentam. A essência de uma escola é seu projeto pedagógico e o ideal de homem que ela se propõe a formar. Sua proposta baseia-se em valores e aponta para determinadas visões de mundo, de sociedade e de futuro. Em torno de cada escola aglutina-se toda uma comunidade que com ela se identifica em função de valores, concepções de educação e estilos de vida. O ranking de escolas traz implícita as classificações de propostas pedagógicas e projetos de sociedade e de homem para os quais cada um deles aponta. Ao propor com rigor e precisão a superioridade de umas em relação às outras chega-se perigosamente perto da classificação de ideais e identidades culturais. As implicações éticas não são poucas. Classificam-se grupos sociais, seus sistemas de valores, comunidades inteiras. Classifica-se gente.

Essa lógica é especialmente perversa quando aplicada à Educação Básica. Sugere um único ideal de excelência a ser alcançado por todos na medida em que se façam à imagem e semelhança do primeiro lugar. Quaisquer que sejam os critérios adotados, tornam-se empobrecedores se acionados para “rankear”. Por melhores que sejam as intenções, um de seus principais efeitos é homogeneizar o que é plural e eliminar diferenças. Os currículos tornam-se cada vez mais rígidos e homogeneizadores. É inevitável. A longo prazo tendem a padronizar escolas, professores e alunos. Acaba-se promovendo o empobrecimento de um cenário rico e variado. A se perpetuar essa tendência, sairemos todos iguais e todos perdedores.

É de se lamentar a insistência com que isso vem sendo praticado e a naturalidade com que isso vem sendo admitido. É preocupante quando uma sociedade permite que se submeta a educação de suas novas gerações a essa perspectiva homogeneizadora. O **Grupo Escolas Rio** entende que o sistema educacional e o futuro da sociedade como um todo seriam muito beneficiados se houvesse um maior cuidado quanto à forma como são concebidas e encaminhadas à opinião pública as representações do que seja qualidade em educação.

Na verdade, as questões em torno do vestibular envolvem bem mais do que apenas a passagem de um nível de ensino ao outro. Trata-se freqüentemente da articulação de dois sistemas: o particular, pago com recursos próprios e o público e gratuito, financiado por recursos da União. Ao longo das últimas décadas alastrou-se por todo o sistema educacional brasileiro um sofisticado sistema de canalização de verbas públicas para financiar o estudo de alunos oriundos das camadas médias e mesmo das mais privilegiadas. Isso faz parte de um acordo tácito firmado entre o governo, a classe média e a comunidade acadêmica. Na prática, trata-se de assegurar que a partir da graduação o financiamento público seja dirigido para jovens egressos das mais caras escolas privadas do país. Legitima-se que a classe média e a elite do país se apropriem de recursos públicos para cinzelar a esmerada formação de seus herdeiros.

A princípio, seria de se supor que, por sua própria natureza e suas finalidades, as universidades públicas tivessem a desempenhar um importante e estratégico papel social, na medida em que viessem a mobilizar seus recursos e práticas no sentido de atenuar os aspectos mais perversos do sistema, temperando lógicas e práticas excludentes. Ao darem prioridade à formação de hierarquias de excelência, essas instituições emprestam o peso de sua atuação a práticas que reforçam o discurso e a lógica da exclusão. Chegam mesmo a propor como padrão único para se mensurar a qualidade das escolas particulares a passagem dos alunos da rede privada (Ensino Básico) para a pública (Ensino Superior). Durante anos a fio algumas universidades do governo tomaram a iniciativa de conceber, confeccionar e divulgar “rankings” que pretendem atestar a qualidade da escola pela sua capacidade de transferir jovens filhos da classe média para as universidades gratuitas. Por sua repetição sistemática, essa prática tem servido como referência para todo o sistema educacional. Ao publicarem rankings, essas universidades formam opinião. Contribuem grandemente para disseminar por todo o imaginário social uma visão bastante questionável do que seja qualidade em educação e de quais deveriam ser seus objetivos. Endossam e oficializam perante o conjunto da sociedade a propagação de distorcidas noções do que sejam indicadores de qualidade em educação e a lógica da seleção social. Os discursos são os aparentemente mais louváveis. Uns alegam a defesa de qualidade do ensino e a excelência acadêmica. Outros ainda apelam para a autonomia universitária, e assim por diante. Como se os fins justificassem os meios. Da convergência desses argumentos resulta a legitimação da alocação de verbas públicas para turbinar ainda mais um sistema de filtragem social que pouco benefício traz para o conjunto da sociedade. Essa percepção distorcida disseminou-se, tornando cada vez mais hegemônica e assumindo contornos de naturalidade. Hoje essa lógica vai sendo aceita por toda a sociedade, pelo magistério inclusive. A sociedade termina por perceber esse estado de coisas como sendo inevitável, quando poderia não ser assim.

O **Grupo Escolas Rio** entende que a superação dessa situação só será possível mediante profunda reflexão e amadurecimento por parte do conjunto da sociedade brasileira. Nesse processo, os educadores poderão ter um importante papel a desempenhar, como cidadãos, como profissionais e como formadores de opinião. Talvez lhes caiba recolocar a questão, esclarecendo, entre outros pontos, que numa sociedade desigual como a brasileira, a concessão de gratuidade na graduação não deveria ser assunto de pedagogia nem privilégio a ser legitimado por mérito acadêmico : é questão de política social.

Em tempos de reformulação de práticas docentes e de elaboração e detalhamento dos projetos pedagógicos das instituições, é oportuno fazer emergir essas questões e que opções sejam tomadas da forma mais lúcida, consciente e explícita. Não há como definir identidades institucionais sem assumir uma posição clara acerca de qual será sua atuação efetiva frente a essas questões, nem definir que demandas sociais cada instituição se propõe a atender e quais ela irá reendereçar. É importante que professores, escolas e universidades tenham consciência das conseqüências de suas ações como formadores de opinião e assumam com clareza o papel que pretendem desempenhar nesse contexto .Isso implica um especial cuidado no que se refere às representações que propõem à comunidade acerca do que venha a ser educação de qualidade e de qual seja a função social do sistema educacional.

Pedro Flexa Ribeiro

Rio de janeiro, outubro de 2002

Texto discutido e ratificado pelo **Grupo Escolas Rio** em assembléia do dia 21 de outubro de 2002

Instituições associadas :

ASVP.Colégio da Providência - Centro Educacional Anísio Teixeira (CEAT) - Centro Educacional Espaço Integrado - Centro Educacional Miraflores - Colégio Andrews - Colégio Anglo Americano - Colégio Bahiense - Colégio Bennett - Colégio da Companhia de Maria - Colégio da Imaculada Conceição - Colégio Hélio Alonso - Colégio Israelita Brasileiro A. Liessin - Colégio Renovação - Colégio Rio de Janeiro - Colégio Sagrado Coração de Maria - Colégio Santa Marcelina - Colégio Santa Rosa de Lima - Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria - Colégio Santo Inácio - Colégio São Marcelo - Colégio São Paulo - Colégio São Vicente de Paulo - Colégio Sion - Colégio Teresiano - EDEM - Escola Alemã Corcovado - Escola Dínamis - Escola Israelita Brasileira Eliezer Steinberg – Max Nordau - Escola Oga Mita - Escola Parque - Escola Rana Cosac - Escola Sá Pereira - Escola Suiço-Brasileira - Espaço de Formação do Educador Infantil (EFEI) - Externato Santo Antonio - GIMK-Grupo Integrado Magdalena Khan - Instituto Nossa Senhora das Dores - Instituto Social São José - Escola Stockler - Unidade Integrada Garriga de Menezes - Colégio Curso Intellectus - Escola Modelar Cambaúba -

Profissionais associados:

Arthur Guilherme Carvalho da Motta - Deyse Borges Pinto da Silva - Eliana Umbelino de Souza Albernaz - Elvira Arja Castañon - Heloisa Padilha - Laura Coutinho - Luciane Motta Pimentel Bica - Luiz Antonio de Moraes Filho - Luiza Regina Mattos Braga - Marcia Cosentino Vianna Guimarães - Maria Cristina Ielo Souza Coutinho - Maria Cristina Mesquita - Maria das Graças dos Santos Vasconcellos - Maria Decimília Andrade de Oliveira - Marluvia Rodrigues Pessoa - Mary Ferraz Soares Lopes - Mônica Donetto Guedes - Nina Maria Vernes Tempone da Cunha - Regina Lucia Silveira Martins - Roberta Peregrino Gonçalves - Sandra Canetti de M. e Albuquerque - Sandra Maria Nunes Pereira Crespo - Sidney dos Santos - Simone Antaki Moussatché - Sueli Tenório Figueiredo Aguiar - Tania Borges Paes de Lima - Teresa Cristina X. Vianna Galhardo - Thelma Lucia P. Polon.